

Um pequeno, mas espinhoso, problema do parentesco¹

Marcio Silva

Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil
E-mail: marciofs@uol.com.br

Resumo

Este texto tem por objetivo chamar a atenção para a contribuição pioneira de Robert Carneiro no debate sobre a diferença entre os métodos de cruzamento do parentesco dravidiano e iroquês, apontada por Morgan em 1871. O texto oferece uma breve contextualização do problema e faz um sobrevoo do debate por ele suscitado, do século XIX ao XXI. A notável contribuição de Robert Carneiro permaneceu mais de cinquenta anos invisível, por circunstâncias que só agora conhecemos, graças a uma carta enviada a Eduardo Viveiros de Castro que Robert Carneiro me autorizou a traduzir e publicar.

Palavras-chave: Robert Carneiro. Dravidiano. Iroquês. Cruzamento. Teoria do parentesco.

Abstract

This essay seeks to call attention to the pioneering contribution of Robert Carneiro to the debate regarding the difference between Dravidian and Iroquois kinship systems, pointed out by Morgan in 1871. The essay briefly contextualizes the issue and offers an overview of the debates in its regard from the nineteenth century onwards. The remarkable contribution of Robert Carneiro remained unnoticed for more than 50 years, due to circumstances that became known only because of a letter sent to Eduardo Viveiros de Castro by Robert Carneiro, who has granted me permission to translate and publish it.

Keywords: Robert Carneiro. Dravidian. Iroquois. Crossing. Kinship Theory.

Duas notas de rodapé e duas cartas

Em meados dos anos 1960, uma nota de rodapé, de autoria de Floyd Lounsbury, viraria uma página da história dos estudos de parentesco. A nota (Lounsbury, 1964, n. 4) que, segundo Trautmann e Barnes (1998, p. 27), “deve ser a mais famosa na antropologia” elucida a diferença fundamental entre sistemas de parentesco² de tipo “iroquês” e “dravidiano”, dissipando uma densa névoa que, por mais de um século, se formou sobre a questão, induzida pela crença generalizada na identidade essencial dos dois tipos. Retomando o material de Morgan sobre o Sêneca-Iroquês, Lounsbury chama a atenção de que “iroquês” e “dravidiano” são radicalmente opostos nos métodos pelos quais os parentes colaterais distantes são computados como paralelos ou cruzados (Trautmann, 1987, p. 240).

Lounsbury divide os louros de seu notável achado com o colega Leopold Pospisil, que, do outro lado do mundo, chega às mesmas conclusões. Entre os anos 1954 e 1955, ambos percebem o problema: Lounsbury na biblioteca, debruçado sobre os *Sistemas de consanguinidade e afinidade da família humana*; Pospisil no campo, entre os Kapauku-Papua da Nova Guiné, povo que desenvolveu um sistema idêntico ao Sêneca-Iroquês. A partir de sua divulgação em 1964, a descoberta de Lounsbury–Pospisil vem sendo tomada como referência em numerosas contribuições, como as análises de Kay (1965, 1967), Tyler (1966), Atkins (1974), Scheffler (1971), Héritier (1981), Trautmann (1981, 1987), Kronenfeld (1989, 2004), Viveiros de Castro (1993, 1996, 1998, 2002), Coelho de Souza (1995), Trautmann e Barnes (1998), Tjon Sie Fat (1998) e Barbosa de Almeida (2010).

Mas o nome de Robert Carneiro poderia também ser lembrado como coautor da façanha.³ Em um trabalho de fim de curso, apresentado ao professor Leslie White na primavera de 1952, o jovem doutorando da Universidade de Michigan, que depois se tornaria um dos mais importantes antropólogos evolucionistas da atualidade, chegaria às mesmas conclusões de Lounsbury e Pospisil. Essa contribuição, entretanto, por uma série de “circunstâncias incomuns, quase bizarras”, nunca veio à tona. Reverenciado por suas teorias sobre formação do Estado, pré-história da América do Sul e agricultura dos povos alto-xinguanos, Robert Carneiro aparentemente deixou de se preocupar com os debates do parentesco desde então. Só aparentemente, como já se verá. O único rastro de sua descoberta é aquele que jaz em um agradecimento registrado por Gertrude Dole (1957, p. 178) em sua tese de doutorado inédita, pelo fato de Robert Carneiro ter chamado sua atenção para a “diferença significativa” entre os sistemas de tipo “iroquês” e “dravidiano”, por ela denominados “de fusão bifurcada” e “de primos cruzados”, respectivamente.

Viveiros de Castro (1998, p. 376-377), também em nota de rodapé (n. 5), faz uma breve alusão a tal agradecimento e se pergunta se Carneiro e Dole tiveram contato com a versão preliminar da contribuição de Lounsbury, apresentada oralmente em 1956, oito anos antes de a célebre nota de rodapé vir à luz. Uma carta de Robert Carneiro a Eduardo Viveiros de Castro, de 14 de julho de 2010, retomando a nota de rodapé deste último, traz em primeira mão elementos que revelam a antecipação do autor na solução deste “pequeno, mas espinhoso, problema” –, a expressão é de Carneiro e tomo emprestado como título deste texto. A carta traz uma lição de parentesco e um apólogo (machadiano, eu diria) inextrincavelmente imbricados, como os leitores poderão notar.

Outra carta de Robert Carneiro a mim destinada, de 7 de janeiro de 2011, manifesta sua satisfação na divulgação da correspondência que descreve seu achado sexagenário e as circunstâncias que produziram sua invisibilidade, atendendo a um pedido meu. “Talvez agora [diz o remetente] eu possa parar de bater a cabeça na parede”.

Publico assim as duas cartas, precedidas de um breve sobrevo do tal “pequeno, mas espinhoso, problema”, referido nas duas notas

de rodapé. O que vem a seguir visa situar o tema das cartas em um breve quadro de referências e não mapear detalhadamente a sua evolução nos estudos de parentesco.⁴ É provável que o marco inicial de sua história seja uma descrição de um sistema iroquês, de autoria do Pe. Lafitau da Companhia de Jesus, em sua obra *Moeurs des Sauvages Americains, Comparées avec Moeurs des Premiers Temps*, publicada em 1724 (vol. i, p. 552).⁵ Um artigo recente de Barbosa de Almeida (2010), que retoma o tal “pequeno, mas espinhoso, problema”, com ferramentas matemáticas de alta precisão, nos faz acreditar que águas continuem a brotar da velha fonte.

Um breve sobrevoo da questão

Lewis Henri Morgan, Sêneca por adoção e herói fundador da antropologia norte-americana, oferece um detalhado painel etnográfico e histórico da vida social iroquesa em seu livro *Liga dos HO-DE'-NO-SAU-NEE ou iroqueses*, publicado em meados do século XIX (Morgan, 1851). Sobre o sistema de parentesco daquele povo, o autor afirma o seguinte no Volume I, Livro I, Capítulo IV daquela obra:

O modo iroquês de computar graus de consangüinidade era diferente das leis civil ou canônica. Nenhuma distinção era feita entre linhas lineares e colaterais, nas séries ascendentes ou descendentes. Para entender este ponto, é preciso ter em mente que apenas a avó materna era necessariamente ancestral e era genitor apenas a mãe; que na linha descendente, apenas os filhos das irmãs podiam ser da mesma tribo [...]. A avó materna e suas irmãs eram igualmente avós; a mãe e suas irmãs eram igualmente mães; os filhos de uma das irmãs da mãe eram irmãos e irmãs [...]. Fora da tribo, o avô paterno e seus irmãos eram igualmente avós; o pai e seus irmãos eram igualmente pais; as irmãs do pai eram tias, enquanto no interior da tribo, os irmãos da mãe eram tios; os filhos das irmãs do pai eram primos como na lei civil; os filhos desses primos eram sobrinhos e sobrinhas, e seus filhos eram netos [...]. Ainda, os filhos de um irmão eram seus filhos e os netos de um irmão eram seus netos; também os filhos dos irmãos do pai eram seus irmãos e irmãs, e não primos, tal como prevê a lei civil [...].

É a matéria central da lei iroquesa de descendência a confluência da linha colateral na linear, como aparece suficientemente esboçado acima. Pelo o modo de cômputo da lei civil, os graus de parentesco vão se tornando demasiado remotos para serem traçados entre os colaterais; enquanto que, pelo modo iroquês, nenhum dos colaterais era perdido pela distância do grau (Morgan, 1851, p. 81-82).

Essa longa citação se justifica por conter os ingredientes básicos do tal “pequeno, mas espinhoso, problema” aqui destacados:

- o sistema de parentesco Sêneca-Iroquês é *essencialmente* diferente dos sistemas de tradição europeia, que são regidos por cômputos definidos pelo direito romano (lei civil) e/ou pela Igreja Católica (lei canônica); e
- os sistemas europeus repousam sobre a distinção entre parentes lineares e colaterais que atravessa as gerações. Em seu lugar, o Sêneca-Iroquês se caracteriza por subdividir o conjunto dos parentes colaterais e por unir um desses subconjuntos ao dos parentes lineares. Dessa maneira, na tradição europeia, “pai” se distingue dos “irmãos do pai e da mãe”, unidos na categoria “tio”; enquanto isso, na tradição iroquesa, “pai” e “tios paternos”, juntos em uma única classe, se distinguem dos “tios maternos”, e assim por diante.

O trecho de Morgan contém ainda sua sugestão de que o cômputo de parentesco característico dos Sêneca-Iroquês era consequência direta do regime de descendência (matrilinear) que organizava os grupos políticos. Nos anos seguintes à publicação da *Liga...*, Morgan generalizou seu modelo Sêneca-Iroquês para toda a vasta paisagem etnográfica norte-americana que se descortinava diante de seus olhos e para a qual cunhou o pitoresco neologismo *Ganowaniana*, composto das palavras do dialeto Sêneca (*Gă'-no*) “flecha” e (*Wăi-ă'-no*) “arco”.⁶ Essa generalização o encorajou a sofisticar a descrição semântica do sistema, que passou a incorporar suas diversas variações reveladas no exercício comparativo (Morgan, 1871, p. 131-149, Parte II, Cap. 1).⁷ Mas sua ousadia não se contentou com

os limites do continente norte-americano, onde se concentravam os povos da família “do Arco e Flecha”.

Em meados de 1859, quando estava mergulhado na pesquisa etnográfica e documental que deu origem aos *Sistemas de consanguinidade...*, Morgan tem acesso a descrições cuidadosas de dois sistemas sul-indianos, o *Tamil* e o *Telugo*, fornecidas pelo missionário Dr. Henry M. Scudder (Tooker, 1997, p. ix). Esse é o ingrediente que faltava para compor o nosso “pequeno, mas espinhoso, problema”. Os materiais que acabavam de cair em suas mãos revelavam extraordinárias semelhanças entre as famílias *Turaniana* (“dravidiana”) e *Ganowaniana* (“iroquesa”), corroborando conclusivamente a tese da origem asiática dos povos do Novo Mundo. Isso não era pouco!

E isso não era tudo. Para além daquelas variações observadas no interior da paisagem norte-americana, o autor nota também a recorrência de um curioso contraste entre as estruturas terminológicas da América do Norte e aquelas documentadas na Índia. A despeito de suas extraordinárias semelhanças, os sistemas *Turanianos* (“dravidianos”) e *Ganowanianos* (“iroqueses”) classificavam sistematicamente, de maneiras opostas, os filhos de alguns primos mais distantes. Morgan, em princípio, não arrisca uma interpretação conclusiva para o contraste, mas faz questão de registrá-lo no capítulo dedicado à descrição do caso Tamil (dravidiano):

É um tanto singular que os filhos de meu primo, sendo Ego um homem, sejam meus sobrinhos e sobrinhas, e não meus filhos e filhas, e que os filhos de minhas primas sejam meus filhos e filhas ao invés de sobrinhos e sobrinhas, como é requerido pelas analogias do sistema. Este é o único particular em que [o sistema Tamil] difere materialmente da forma Sêneca-Iroquesa; e nisso o Sêneca está em maior conformidade lógica com os princípios do sistema que o Tamil. É difícil encontrar qualquer explicação desta variância (Morgan, 1871, p. 391).

Mas Morgan não desiste tão facilmente diante do enigma. Na conclusão de seu livro, esboça uma discreta tentativa de solução conjectural para o problema que, veremos a seguir, será apropriada por McLennan contra Morgan e sem reconhecimento de autoria:

A menos que [entre os Tamil] eu *coabite* com todas as minhas primas e seja excluído da *coabitação* com as esposas de todos os meus primos, essas relações não podem ser explicadas da natureza dos descendentes. Na família ganowaniana, essa classificação é reversa [...] (Morgan, 1871, p. 486, meus grifos).

Contudo, o autor aparentemente não dá muita importância à “variância”. Eram as semelhanças o que chamava sua atenção. A “variância” Sêneca (iroquesa)/Tamil (dravidiana) é o tal “pequeno, mas espinhoso, problema” legado por Morgan, com o qual Robert Carneiro se defronta oitenta anos depois. Usando uma linguagem mais atual, embora também *out of style*, “iroquês” e “dravidiano” eram para Morgan transformações de uma estrutura semântico-lexical instaurada pela descendência. Para Lounsbury (1964), tal crença teria obscurecido por tanto tempo o caminho para a solução do enigma. As regras enunciadas por Morgan sobre os sistemas iroqueses, segundo o autor da célebre nota de rodapé, descreviam adequadamente apenas os parentes próximos de *Ego*, mas falhavam quando se voltavam às classificações de parentes distantes. Segundo Lounsbury, as regras de Morgan geravam classificações que eram compatíveis com os sistemas dravidianos. Morgan, em suma, teria atirado no que viu e acertado o que não viu.

O primeiro a enfrentar a tal “variância” notada por Morgan foi precisamente seu arquirrival John Ferguson McLennan, para o qual, além da *matrilinearidade* (“parentesco feminino”, como preferia chamar, “matriarcado” para Morgan), que fazia com que os filhos de duas irmãs se considerassem irmãos entre si, pois eram do “mesmo grupo de sangue”, era preciso acrescentar duas outras razões fundamentais. Uma delas era a *exogamia*, princípio pelo qual os irmãos estavam proibidos de se casarem. Tal proscricção explicava, por exemplo, por que os filhos de irmãos de sexo oposto não podiam se considerar irmãos, e sim primos. Outra variável era a *poliandria*, que permitia entender como era possível dado indivíduo ter muitos pais: todos eram maridos da mãe. Basicamente, a combinação dessas três instituições – descendência, exogamia e poliandria – explicava “sistemas classificatórios” como o sêneca-iroquês (McLennan,

1886[1876], p. 290-297). Para entender o caso tamil-draividiano, era preciso associar a ele uma quarta instituição, o costume do casamento de primos, que esclarecia por que os filhos de primos cruzados de sexo oposto eram considerados filhos de dado indivíduo (McLennan, 1886, p. 298-300).

Façamos aqui um breve rasante em nosso sobrevoo. A meu ver, carece de exatidão o juízo generalizado, que inclusive se manifesta na própria carta de Robert Carneiro, de que foi McLennan quem primeiro teve a ideia de trazer o casamento de primos ao debate para explicar as terminologias drauidianas. É verdade que o autor é o primeiro a desenvolver essa tese convincentemente, ao longo de quatro páginas de sua resenha do livro de Morgan. Mas foi Morgan (1871, p. 486), e não McLennan, o primeiro a ter a ideia. Se não, que outra coisa quer dizer, no trecho de Morgan acima transcrito, a coabitação “com todas as primas” e a “não coabitação com as esposas de todos os meus primos” (isto é, com todas as minhas “irmãs”, em sentido funcional, isto é, com mulheres não “coabitáveis”)?

Convém também dizer que a disputa de McLennan com Morgan não se deu no plano dos detalhes analíticos, mas na arena central da questão. Segundo McLennan, os *Sistemas de consanguinidade...* gravitavam em torno de dois erros crassos. Em primeiro lugar, a análise de Morgan não procurava “a origem do sistema na provável origem da classificação”, isto é, não explicava por que os sistemas eram como eram. Em segundo lugar, a análise conferia aos vocabulários uma importância sociológica que eles não tinham, já que não passavam de fórmulas de boas maneiras selvagens ou, em suas próprias palavras, “sistemas de saudações mútuas” (McLennan, 1886[1876], p. 366). Resumindo, para McLennan, a contribuição de Morgan correspondia a um monumental exercício de erudição em torno de fenômenos absolutamente irrelevantes. Nesse sentido, McLennan chama a atenção de que Lafitau já alertava que “os termos do sistema classificatório [...] não eram de relação de sangue, mas de chamamento [...] para indicar simplesmente graus de respeito” (McLennan, 1886, p. 306, App. I). Os nativos, argumenta McLennan, empregavam termos como “tio” e “sobrinho” com estrangeiros e

com inimigos com os quais, evidentemente, não tinham qualquer relação de parentesco.⁸

A resenha de McLennan não fica sem resposta. No ano seguinte, chega a hora de Morgan revidar no mesmo tom:

Os ataques de McLennan explicam-se pela simples razão de esses quadros, na medida em que exprimem sistemas de afinidade e consangüinidade, contradizerem e refutarem as principais hipóteses e teorias apresentadas em *Casamento Primitivo*. Seria de esperar, pois, que o autor de *Casamento Primitivo* acudisse em defesa das suas idéias preconcebidas (Morgan, 1978[1877], p. 257).

Como aquelas cenas noturnas, em início dos filmes de terror, de um casarão às escuras sob uma tempestade de raios, antecipando para o espectador o que vem pela frente, o primeiro debate da antropologia do parentesco é um índice das condições severas de visibilidade que nosso sobrevoo deverá enfrentar.⁹ Morgan e McLennan morreram logo depois, no mesmo ano de 1881, legando aos seus sucessores o tal “pequeno, mas espinhoso, problema”, além de um debate em que os envolvidos, às vezes, não escutam muito bem seus interlocutores.

Pouco tempo depois, coube a Tylor retomar a questão: “[O] sistema [iroquês], tal como encontrado entre os indígenas norte-americanos, o Sr. Morgan mostrou ser muito proximamente análogo ao das nações dravidianas do Sul da Índia” (Tylor, 1971[1889], p. 26). Coube a Tylor também esclarecer a noção de “casamento de primos”. E coube a Tylor finalmente fazer as pazes entre os dois rivais, unificando os conceitos de *exogamia* e *sistema classificatório*, que para ele se tratava dos dois lados da mesma instituição. Em tom conciliador, o autor conclui que McLennan e Morgan se enfrentaram desnecessariamente e morreram sem saber que “foram o tempo todo aliados, tocando para frente, de lados diferentes, a mesma doutrina” (Tylor, 1971, p. 26).

Tal conciliação foi um passo importante na história do problema, mas trouxe um inesperado complicador, como veremos a seguir. Antes, porém, devemos destacar a contribuição de Tylor, autor

da expressão “primo cruzado” que, desde então, passa a ser uma das joias da coroa dos estudos de parentesco:

Na tabulação de nações do mundo, encontrei um grupo de vinte um povos cujo costume de casamento de primos de primeiro grau é notável, tal que os filhos de dois irmãos não podem se casar, nem os filhos de duas irmãs, mas os filhos de um irmão podem se casar com os filhos da irmã. Parece óbvio que este “casamento de *primo-cruzado*”, como pode ser chamado, deve ser o resultado direto da mais simples forma de exogamia, em que uma população é dividida em duas classes ou seções, com a lei de que um homem que pertence à classe A só pode tomar uma esposa da classe B (Tylor, 1971, p. 26, grifos meus).

E agora o elemento complicador a que, há pouco, me referi: Tylor observa que a relação entre as duas instituições, *casamento de primos* e *exogamia* (em sua redução dualista), “não é de derivação, mas de identidade, sendo o casamento de primos eventualmente uma forma parcial ou uma afirmação imperfeita da lei de exogamia” (Tylor, 1971, p. 26).

Anos depois, Rivers (1914, p. 47-48) retomaria *casamento de primos* e *organização dualista* como uma sequência histórica, diante dos materiais de campo produzidos pelo próprio autor. Em meados do século XX, Lévi-Strauss (1967[1949]) reinterpretá-la-ia como expressão de dois métodos distintos, o das classes e o das relações. Mas Rivers não tem o mesmo espírito conciliador de Tylor. Para Rivers (1991[1913], p. 75-76), era preciso tomar o partido de Morgan contra McLennan.¹⁰

Aqueles que adotaram [as ideias de McLennan] geralmente se contentam em repetir a conclusão de que o sistema classificatório não é nada mais que um corpo de saudações mútuas e formas de tratamento. Eles não conseguem perceber que, ainda assim, permanece necessário explicar como os termos do sistema classificatório passaram a ser usados em saudações recíprocas, falhando em reconhecer que estão rejeitando o princípio do determinismo na sociologia, ou apenas colocando a uma distância conveniente a consideração do problema de como e por que os classificatórios passaram a ser utilizados por tantos povos da Terra [...]. Uma das diversas conseqüências funestas da crença de McLennan sobre a importância da poliandria

na história da sociedade humana, foi a incapacidade, por parte de seus seguidores, de perceber a importância do sistema classificatório [...].

É verdade que foi McLennan que inventou sozinho o conceito de “poliandria”. Mas sejamos justos: essa forma de casamento não era, para McLennan, a única razão que explicava as classificações dravidianas:

Uma prevalência de casamentos de primos em tempos pretéritos dos povos Tamil, entre primos que não sejam do mesmo sangue, seria uma explicação completa. Onde um primo casa com sua prima, seus filhos de fato serão, a um só tempo, filhos do primo e da prima (McLennan, 1886[1876], p. 298).

Sobre a contribuição de Rivers, pode-se dizer que ela desenvolve com vigor a hipótese de Tylor, que associa as terminologias classificatórias à regra de casamento de primos e à organização dualista, provavelmente reforçada pelo acúmulo dos materiais australianos de Fison e outros. Certamente, por não ter encontrado organizações dualistas, mas apenas casamento de primos, nos contextos etnográficos que lhe eram familiares, como os do Estreito de Torres e da Índia, o autor tenha interpretado a primeira como um estado anterior da segunda (Rivers, 1991, p. 47-49).

A lealdade de Rivers a Morgan da mesma forma se manifesta por ocasião do célebre ataque de Alfred Kroeber (1969) à noção de “sistema classificatório”. O aluno de Boas, recordemos, havia argumentado que, como fatos da linguagem, “[o]s termos de parentesco refletem a Psicologia, não a Sociologia. São determinados, antes de mais nada, pela língua” (1969[1909], p. 25) e, portanto, era um equívoco de Morgan interpretá-los como correlatos linguísticos necessários de instituições sociais. Rivers (1991[1914], p. 88-89) toma para si a insolência de Kroeber e contra-ataca:

Se não fosse pelo matrimônio entre primos cruzados, o que pode existir para dar ao irmão da mãe uma maior semelhança psicológica com o sogro do que o irmão do pai, ou à irmã do pai uma maior semelhança psicológica com a sogra do que a irmã da mãe? [...] como é possível que os termos das relações de parentesco não reflitam a sociologia, se tais

similaridades psicológicas são elas mesmas o resultado do matrimônio de primos cruzados?

Mas a sugestão de “dessociologização” do debate apresentada por Kroeber foi bem recebida em seu próprio país por seu colega Robert Lowie. Para este último, contudo, a saída não era “psicologizar” o problema, mas “culturalizá-lo”, à maneira boasiana. Plenamente de acordo com os dispositivos descritivos de Kroeber (1969), apresentados sob a forma de oito categorias (parâmetros semânticos) cuja variação explicaria as diferenças formais entre os sistemas, Lowie estava convencido de que o estudo das terminologias não deveria diferir da investigação de outros elementos culturais, como fenômenos históricos, submetidos a processos de difusão de uma cultura à outra e de integração aos novos contextos culturais. Portanto, era preciso ter cautela diante da tentação de fazer correlações sincrônicas e diretas entre padrões terminológicos e instituições sociais: “Um costume recentemente adquirido pode não ter ainda desenvolvido uma nomenclatura apropriada, enquanto [...] uma nomenclatura pode sobreviver depois que o costume se tornar obsoleto” (Lowie, 1929[1917], p. 173).

A contribuição de Lowie ao “pequeno, mas espinhoso, problema” foi juntar os sistemas iroqueses e dravidianos em um dos quatro *taxa* de sua famosa macrotipologia: aquele em que “cada geração é bipartida de tal maneira que apenas metade dos parentes colaterais é fundida com os lineais” (Lowie, 1928). Esses eram chamados de “sistemas de fusão bifurcada”. Não obstante, o autor não deixa de notar que “[n]omenclaturas típicas de fusão bifurcada ocorrem entre os povos do Sul da Índia (incluindo os Toda) e o Vedda do Ceilão. Aqui, [...] são afetadas pelo casamento de primos cruzados” (1968[1929], p. 49), fazendo eco às contribuições de Morgan, McLennan, Tylor, Rivers e Hocart. Este último, vale lembrar, publicara, no ano anterior, um cuidadoso estudo comparativo, antropológico e linguístico de nomenclaturas de parentesco indo-europeias e de regiões vizinhas. Diante dos materiais da Índia do Sul e de Ceilão, o autor propõe o rótulo “sistemas de primo cruzado” para aqueles vocabulários que expressassem tal regime matrimonial (Hocart, 1987[1928], p. 61).

Se a classificação de Lowie amalgama a distinção “dravidiano” e “iroquês”, a macrotipologia de Murdock, publicada vinte anos depois, com grande impacto nos estudos de parentesco, aparentemente acaba por varrê-la para baixo do tapete. Mas a diferença entre os esquemas classificatórios de Lowie e de Murdock é, a meu ver, discreta. Se, por um lado, em suas respectivas tipologias, Lowie privilegia a primeira geração ascendente e Murdock, os parentes da geração de *Ego*, e Lowie define quatro macrotipos, enquanto Murdock define seis, por outro lado, ambos supõem a repetição de seus padrões através das gerações. Além disso, Lowie assinala uma tripartição no interior dos sistemas de fusão bifurcada, opondo, exatamente como fez Murdock (1949, p. 223-224), os sistemas a) *iroquês*, b) *omaha* e c) *crow*. Recordemos os três esquemas estabelecidos até a metade do século XX:

Morgan 1871	Lowie 1928	Murdock 1949
Classificatório Ausência da oposição entre parentes lineares e colaterais e caráter mais sintético do sistema	Geracional <i>Pai = Irmão do Pai = Irmão da Mãe</i>	Havaiano <i>Irmão = primo paralelo = primo cruzado</i>
	Fusão Bifurcada <i>Pai = Irmão do Pai ≠ Irmão da Mãe</i>	Iroquês <i>Irmão = primo paralelo ≠ primo cruzado</i> Crow <i>Irmão = primo paralelo ≠ primo cruzado (primo cruzado matrilateral = filho; primo cruzado patrilateral = pai)</i> Omaha <i>Irmão = primo paralelo ≠ primo cruzado (primo cruzado matrilateral = tio materno; primo cruzado patrilateral = filho da irmã)</i>
Descritivo Presença da oposição entre parentes lineares e colaterais e caráter mais analítico do sistema	Linear <i>Pai ≠ Irmão do Pai = Irmão da Mãe</i>	Esquimó <i>Irmão ≠ primo paralelo = primo cruzado</i>
	Colateralidade Bifurcada <i>Pai ≠ Irmão do Pai ≠ Irmão da Mãe</i>	Sudanês <i>Irmão ≠ primo paralelo ≠ primo cruzado</i>

Tabela 1 – Macrotipologias clássicas dos sistemas de parentesco
Fonte: Adaptado de Trautmann (1987, p. 262).

Ao contrário de Lowie, preocupado apenas com a distribuição geográfica de seus quatro tipos, desigualmente espalhados em todos os continentes, Murdock (1949, p. 224) enfrenta o desafio de catalogar as diferentes combinações de cada padrão com diferentes regras de descendência, gerando os assim denominados “tipos primários de organização social”, todos rotulados com etnônimos, assim como fez com as terminologias, o que gerou alguma confusão com os rótulos. Por exemplo, o tipo primário de organização social “Dakota” é uma combinação de vocabulário “iroquês” e descendência “patrilinear”, o tipo “Iroquês” por seu turno, uma combinação de vocabulário “iroquês” e descendência “matrilinear” etc. Não contente com a hiperinflação de termos exóticos, os tipos primários de Murdock se desdobravam em uma grande quantidade de subtipos como “Sudanês-Normal”, “Neo-Havaiano”, “Bi-Fox”, “Avuncu-Nankanse” etc., que não conheço quem os saiba de cor.

Fora dos Estados Unidos, a reflexão sobre o “pequeno, mas espinhoso, problema” tomava outros rumos. Kirchoff (1932, p. 42) traz de volta ao debate o *levirato* e o *sororato* como variáveis sociologicamente significativas. Enquanto isso, nos marcos da teoria da descendência que ajudou a consolidar, Radcliffe-Brown apostava suas fichas no “princípio da solidariedade do grupo de irmãos” como a única explicação aceitável dos sistemas que no esquema de Lowie eram chamados de *fusão bifurcada*:

[...] é óbvio que toda a teoria de Morgan não tem qualquer base. O sistema classificatório [...] depende do reconhecimento dos fortes vínculos sociais que unem irmãos e irmãs da mesma família elementar [...]. Em parte alguma do mundo existem os laços entre um homem e seus próprios filhos ou entre os filhos de um pai mais fortes que nas tribos australianas, que, como é sabido, apresentam um exemplo máximo de terminologias classificatórias (Radcliffe-Brown, 1941, p. 87-89).

O autor, em um de seus últimos textos, ancora o tal princípio de solidariedade em um mecanismo de dupla filiação que vertebraria as terminologias de tipo “australiano-drauidiano” (Radcliffe-Brown, 1953). Enquanto isso, Lévi-Strauss (1967[1949], p. 114-115), na

construção de sua teoria da aliança matrimonial, retoma a hipótese de Tylor–Rivers, reiterando a harmonia perfeita entre os sistemas de fusão bifurcada e a organização dualista.

Kariera, dravidiano e iroquês

O breve sobrevoo até aqui dá uma ideia da névoa que pouco a pouco foi cobrindo o “pequeno, mas espinhoso, problema”. Na metade do século XX, quando Robert Carneiro o enfrentou em um trabalho de fim de curso, as condições de visibilidade na região eram próximas de zero. Remeto o leitor à carta que expõe com clareza seu argumento, contribuindo para a dissipação da neblina. Para os propósitos deste sobrevoo, é suficiente dizer que, segundo Robert Carneiro, a diferença entre os sistemas *dravidiano* e *iroquês* se explicava, como Morgan e McLennan intuíram, pela presença ou ausência, respectivamente, da prática de casamento de primos cruzados. Essa prática, como Carneiro sublinha na carta, também era verificada entre os Kariera da Austrália.

Em sua tese de doutorado, como dito, Gertrude Dole (1957, p. 147) agradece a Robert Carneiro por chamar sua atenção para a diferença entre os dois padrões terminológicos que Lowie (1928) reuniu sob o rótulo “fusão bifurcada”. Nesse sentido, a autora distingue um padrão de “fusão bifurcada” propriamente dito, o *iroquês*, de outro que denomina, seguindo uma sugestão de Hocart (1987), de “sistema de casamento de primos cruzados”, o *dravidiano* (1957, p. 178). Mas curiosamente a interpretação da diferença, para Dole, não é rigorosamente idêntica àquela exposta na carta de Robert Carneiro. Para a autora, a distinção não correspondia a uma oposição privativa, isto é, presença ou ausência de casamento de primos cruzados, opondo *dravidiano* e *iroquês*, respectivamente, mas dizia respeito a seu caráter obrigatório e regular em um caso (*dravidiano*), opcional e assistemático em outro (*iroquês*). Esses tipos, em sua opinião, estariam relacionados a instituições de parentesco mais simples ou mais complexas: duais no *dravidiano*, não segmentares no *iroquês* (1957, p. 186-187 e p. 425). Ao longo de sua contribuição, Dole esboça uma interpretação que, de certa forma, antecipa em alguns anos o debate

proposto por Needham (1958), posteriormente esvaziado por Lévi-Strauss em seu prefácio à segunda edição d'*As estruturas elementares do parentesco*, entre prescrição e preferência.

Mais ou menos na mesma época, a variação no interior da classe dos sistemas de “fusão bifurcada” é retomada por Dumont (1975a[1953], 1975b[1957], 1975c[1970]), que se concentra nos casos indianos (*dravidiano*) e australianos (*Kariera*), sem levar em conta as variantes *iroquesas*. Para o autor, as diferenças entre esses tipos, ambos refratados pelo casamento de primos, eram as seguintes:

1. expressão de uma fórmula local e um método egocentrado (*dravidiano*) ou de uma fórmula global e um método sociocentrado (*Kariera*); e
2. expressão da unilinearidade, presente no *Kariera*, opondo parentes de todas as gerações, e ausente no *dravidiano*, que neutraliza as diferenças entre parentes nas gerações dos netos e dos avós, mesmo quando operados em contextos marcados pelos grupos de descendência.

No mesmo sentido que o ponto (1) de Dumont, Shapiro (1970, p. 384) assinala que, nos sistemas australianos, filho e filha são diferentes para um homem e sua esposa e idênticos para um homem e sua irmã. Nos sistemas indianos, a situação se inverte. Como Viveiros de Castro (1998) chama a atenção, o sentido do cruzamento na Índia, para Dumont, é a oposição *consanguinidade* e *afinidade*, enquanto que, na Austrália, a diferença entre os parentes repousa no contraste entre grupos exogâmicos alternos (*nosso grupo* e *outro grupo*).

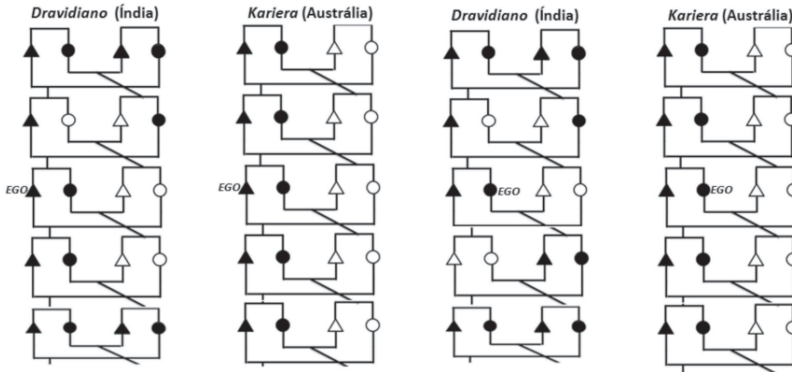


Figura 1 – Dravidiano e Kariera, *Ego* masculino e feminino

Fonte: Adaptado de Dumont (1975a[1953], 1975b[1957], 1975c[1970]).

Os diagramas acima conectam pelo casamento dois pares de irmãos do sexo oposto ao longo de cinco gerações. A comparação dos diagramas permite verificar as principais diferenças entre os dois tipos. Antes, porém, devemos ter em mente que, no esquema, um indivíduo é igual a um irmão de mesmo sexo. Assim, *Ego* homem é igual a seu irmão; *Ego* mulher, a sua irmã; o pai de *Ego*, igual aos tios paternos; a mãe de *Ego*, às tias maternas, e assim por diante. Os indivíduos pretos e brancos são, respectivamente, *consanguíneos* e *afins* no esquema dravidiano, *do meu grupo* e *do grupo alterno* no australiano. Observe-se que os dois diagramas australianos são rigorosamente idênticos, independentemente do sexo de *Ego*, enquanto que os dravidianos invertem as classificações de *Ego* homem ou mulher na geração de seus filhos.

Note-se também que, apenas na geração de *Ego*, os quatro diagramas coincidem, embora não expressem exatamente as mesmas coisas, uma vez que a alternância de cores, no caso australiano, decorre de um cálculo de *descendência* (no caso, patrilinear) e, no caso dravidiano, de um cálculo de *cruzamento*. Em outras palavras, nos exemplos australianos, cada indivíduo é preto ou branco em função da cor atribuída ao grupo de seu pai e, graças à exogamia, está casado com um indivíduo de cor oposta. Enquanto isso, nos exemplos dravidianos, nas três gerações mediais (a de *Ego*, a de seus pais e a de seus filhos), cada indivíduo é preto ou branco em função do sexo de um parente de ligação.¹¹

Em suma, Kariera e dravidiano têm uma semelhança básica, a *prescrição do casamento de primos cruzados bilaterais*, e uma diferença básica, já que operam cálculos distintos, de descendência e de cruzamento, respectivamente. Uma evidência suplementar, fornecida por Dumont, da irrelevância da descendência no dravidiano se manifestava na neutralização da oposição *consanguíneo e afim* nas gerações distais, dos netos e dos avós. Nos diagramas acima, todos os indivíduos daquelas gerações são pretos. Retomando o ponto (2) de Dumont assinalado anteriormente, tal neutralização torna idênticos, por exemplo, avós paterno e materno (ambos pretos no diagrama), mesmo em paisagens marcadas pela existência de grupos unilineares em que, por definição, esses parentes estão alocados em segmentos distintos.

Por sua vez, a nota mais famosa de Lounsbury, focada na distinção entre dravidiano e iroquês, chama a atenção de que o conceito de cruzamento, subjacente a ambos, é operado de modos radicalmente distintos. No cálculo iroquês, os filhos de parentes do mesmo sexo da geração de *Ego* são paralelos (pretos), os filhos de parentes de sexo oposto são cruzados (brancos), *independentemente do grau de cruzamento* (preto ou branco) *de seus pais*. Enquanto isso, no cálculo dravidiano, os filhos de parentes paralelos do mesmo sexo *ou cruzados de sexo oposto* da geração de *Ego* são paralelos (pretos), os filhos de parentes paralelos do sexo oposto *ou cruzados do mesmo sexo* são cruzados (brancos).

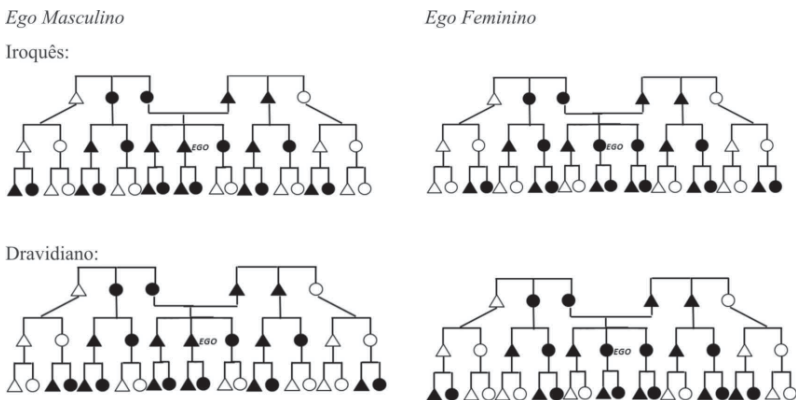


Figura 2 – Dravidiano e iroquês
 Fonte: Adaptado de Lounsbury (1964).

A diferença entre os cálculos de cruzamento dravidiano e iroquês, como Carneiro enfatiza em sua carta, está ancorada na presença ou ausência da regra de casamento de primos. Segundo Dumont (1975a[1953], 1975b[1957]), no dravidiano, o sentido sociológico da dicotomia terminológica paralelo e cruzado é consanguinidade e afinidade, categorias que, recordemos, nos horizontes da teoria lévi-straussiana, correspondem aos conceitos de proibição do incesto e do intercâmbio matrimonial.

Nos sistemas dravidianos, as referidas dicotomias coincidem: um parente cruzado é um afim, um parente paralelo é um consanguíneo, o que na maioria dos casos tem como consequência a inexistência, nesses sistemas, de um conjunto de termos exclusivos para a afinidade, como “sogro”, “genro”, “cunhado” etc. Por essa razão, no dravidiano, tio materno e sogro são posições comumente cobertas por um único termo, assim como sobrinho e genro, primo cruzado e cunhado, e assim por diante. Enquanto isso, um sistema iroquês, exatamente por não embutir a regra de casamento, tende a apresentar uma série de termos específicos para a afinidade, diferentes daqueles reservados aos parentes cruzados. Em suma, métodos distintos de cruzamento e, em caráter coadjuvante, presença ou ausência de termos exclusivos de afinidade foram os parâmetros consagrados para o diagnóstico diferencial entre dravidiano e iroquês.

A contribuição de Scheffler (1971) referenda a análise de Lounsbury, mas se contrapõe à de Dumont. Para Scheffler, dravidiano e iroquês se distinguem basicamente por operar métodos distintos de cruzamento. O autor chama a atenção também para a existência de um terceiro método de cruzamento, documentado entre os Kuma. Contudo, o autor não concorda com a hipótese de relação direta entre o dravidiano e a regra de casamento, já que muitas culturas que o praticam proíbem o casamento de primos cruzados próximos, outras têm termos exclusivos para a afinidade e há sistemas iroqueses que identificam parentes cruzados com certas posições de afinidade.

O esquema a seguir aponta as diferenças entre os métodos de cruzamento *dravidiano*, *iroquês* e *kuma*, assinaladas por Scheffler (1971), que são aceitas até hoje. Se, para os primos de primeiro grau,

os cálculos chegam a resultados idênticos, tudo muda de figura a partir dos primos segundos (primos, filhos de primos) ou mais distantes. No dravidiano, na Geração \emptyset , todos os primos segundos, filhos de primos primeiros (Geração +1) do mesmo sexo (=), por sua vez filhos de irmãos (Geração +2) do sexo oposto (\neq), são cruzados (X); todos os primos segundos, filhos de primos primeiros (Geração +1) do sexo oposto (\neq), por sua vez filhos de irmãos (Geração +2) do mesmo sexo (=), são paralelos (//), e assim por diante. Observe-se na figura abaixo que o cruzamento iroquês, ao contrário do dravidiano e do kuma, leva em conta exclusivamente o cruzamento na Geração +1.



Tabela 2 – Métodos de cruzamento dravidiano, iroquês e kuma
 Fonte: Adaptado de Trautmann (1981, p. 87).

Dez anos depois, na obra que se tornou referência principal sobre os sistemas indianos, Trautmann (1981) alia o método descritivo (linguístico) e o caso Kuma, trazidos por Scheffler ao debate, à interpretação antropológica de Dumont. Trautmann, contudo, mostra que a neutralização da oposição paralelo e cruzado nas gerações dos avós e dos netos, enfatizada por Dumont, não podia ser tomada como traço distintivo dos sistemas dravidianos. A expansão da base etnográfica revelou a existência de alguns sistemas dravidianos com contrastes entre parentes paralelos (consanguíneos) e cruzados

(afins) em todas as gerações. Com isso, os sistemas com neutralização, conhecidos desde Morgan (1871), foram rotulados por Trautmann e Barnes (1998) de “modelo – A” – os que operam a distinção em todas as gerações, posteriormente incluídos no debate – e de “modelo – B”, numa tentativa de descolar a estrutura classificatória de modelos icônicos.

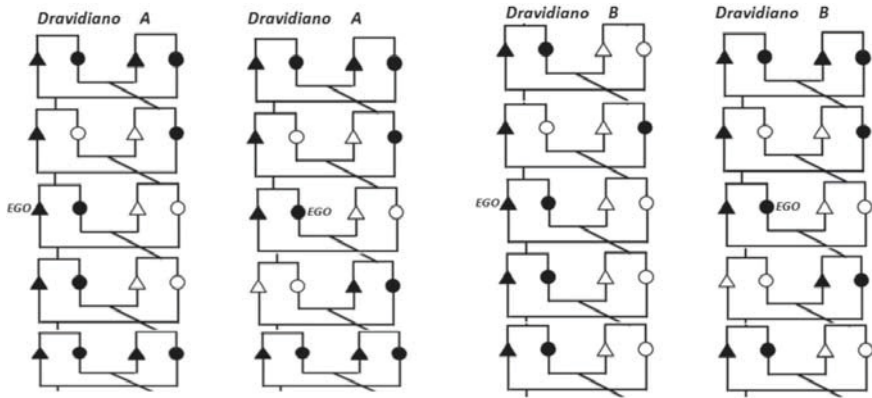


Figura 3 – Dravidiano A e B
 Fonte: Adaptado de Trautmann (1981).

É importante assinalar que o “modelo – B” não se confunde com a fórmula Kariera, apresentada na Figura 1, embora ambos definam, a cada geração, um par de indivíduos de cada cor. Mas como se pode observar na comparação dos diagramas das Figuras 1 e 3, o dravidiano “modelo – B” varia segundo o sexo de *Ego*, enquanto o Kariera não.

Na tabela a seguir, achei melhor reintroduzir os rótulos por razões expositivas, embora Viveiros de Castro pondere que o uso das etiquetas etnográficas paga um preço que pode ser alto. Afinal, “houve quem suspeitasse que os Iroqueses não usavam uma terminologia ‘iroquesa’, a generalidade do paradigma ‘dravidiano’ [...] foi questionada para a própria Índia [...] e os Kariera não são um bom exemplo da terminologia homônima” (Viveiros de Castro, 1996, p. 10).

A (dravidiano)	B (iroquês)
<p>Modelo: A (cruzamento nas Gerações +1, 0 e -1) B (cruzamento em todas as Gerações)</p>	<p>Variantes: 1 (cruzamento nas Gerações +1, 0 e -1) 2 (cruzamento parcialmente perdido nas Gerações +1 e -1) 3 (cruzamento totalmente perdido na Geração 0) 4 (cruzamento parcialmente perdido nas Gerações +1 e -1 e totalmente perdido na Geração 0)</p>

Tabela 3 – Tipo de cruzamento
 Fonte: Trautmann e Barnes (1998, p. 30-34).

Com o conjunto de contribuições de Dumont, Lounsbury, Scheffler e Trautmann e outras evocadas até aqui, a névoa que cobria o “pequeno, mas espinhoso, problema” proposto por Morgan em 1871 parece ter, pouco a pouco, se dissipado completamente. Isso não significa dizer que o debate tenha se encerrado. Ao contrário, como veremos a seguir.

Com o céu claro, o problema tem sido retomado em algumas frentes. Dedico a última parte deste sobrevoo a uma dessas frentes, nos horizontes da teoria estruturalista do parentesco, inaugurada por Lévi-Strauss.

A troca de irmãos como estrutura de intercâmbio

Para o autor d’*As estruturas elementares do parentesco*, o sentido da distinção *paralelo* e *cruzado* é matrimonial (Lévi-Strauss, 1967[1949], p. 135 e p. 149). Dessa perspectiva, em sua contribuição, Viveiros de Castro (1996, p. 34) chama a atenção de que “o cruzamento é uma manifestação específica da aliança, e não o contrário”. O autor defende, como Dumont e contra Scheffler, que, no dravidiano, “o significado estrutural primário da categoria que traduzimos como MB é matrimonial”. Consequentemente, no dravidiano, o irmão da mãe “é antes de mais nada” um cunhado do pai e um sogro: “os irmãos

reais da mãe seriam apenas casos particulares desta posição eminentemente afim”.

Essa interpretação do cruzamento como manifestação da aliança faz eco à maioria das descrições de variantes amazônicas, desde a monografia pioneira de Overing-Kaplan (1975), que inaugura o diálogo entre a Índia e a América do Sul, revelando semelhanças e diferenças entre os sistemas de parentesco das duas regiões. Talvez, a principal semelhança assinalada por Overing-Kaplan seja o sentido da regra de casamento de primos na Índia e na Amazônia, que opera não como um dispositivo de reafirmação de laços de consanguinidade, mas como efeito de uma afinidade herdada. Enquanto isso, a principal diferença entre esses sistemas, apontada por Viveiros de Castro (1993), está radicada no modo como a oposição consanguinidade e afinidade se apresenta nas duas regiões, “equiestatutária” na Índia, “hierárquica” na Amazônia.

Mas *consanguinidade* e *afinidade* não são noções compreendidas exatamente da mesma forma nem mesmo entre os especialistas na Índia. Para Dumont (1975a[1953], 1975b[1957]), tais noções definem relações apenas entre pessoas do mesmo sexo. Assim, por exemplo, dois cunhados ou duas cunhadas seriam *afins*, mas marido e esposa não seriam. A opção de Dumont é útil para descrever o processo de transmissão da *consanguinidade* e da *afinidade* nos sistemas dravidianos de uma geração para a outra: um homem transmite seus parentes consanguíneos e afins para seu filho, uma mulher, para sua filha. Trautmann (1981), entretanto, descarta esse caminho. Como o autor demonstra, *consanguinidade* e *afinidade* são categorias terminológicas válidas tanto entre parentes de mesmo sexo quanto entre os de sexo oposto. A meu ver, ambos têm razão talvez porque observam o mesmo problema de ângulos diferentes. Pelo menos no caso dravidiano com o qual tenho mais familiaridade (Silva, 1995, 2009), tais noções, igualmente significativas entre pessoas de mesmo sexo e de sexo oposto, dizem coisas diferentes nos dois casos. Sobre os Waimiri-Atroari, observei alhures que apenas as relações entre parentes do mesmo sexo são “expressões máximas” da consanguinidade ou da afinidade. Paralelos e cruzados do mesmo

sexo serão sempre consanguíneos e afins, respectivamente, assim como seus descendentes. Enquanto isso, parentes de sexo oposto definem-nas de modo ambíguo como “expressões mínimas”, uma vez que irmãos ou primos paralelos de sexo oposto são consanguíneos entre si, mas geram afins na geração seguinte. Inversamente, primos cruzados de sexo oposto são afins entre si, mas seus filhos serão consanguíneos uns dos outros. Naquela época, concluí que “a expressão mínima da consangüinidade equivale a um princípio de afinidade entre germanos e, inversamente, a expressão mínima da afinidade remete a um princípio de consangüinidade entre afins” (Silva, 1995, p. 55-56).

Viveiros de Castro (1996, 1998) entra no debate sobre o “pequeno, mas espinhoso, problema”, intuindo, como Morgan, uma identidade essencial entre as diferentes manifestações dos assim chamados *sistemas classificatórios*. Sua contribuição parte da premissa de que os diferentes métodos de cruzamentos revelados pela etnografia são formalmente compatíveis com algum regime de troca matrimonial. Nesse sentido, o autor lembra que se o casamento de primos é prescrito no caso dravidiano e proscrito no caso iroquês, por outro lado, as etnografias não deixam dúvidas de que a troca de irmãs corresponde a uma estrutura de intercâmbio em ambos os casos. No modelo dravidiano, a troca, uma vez estabelecida em dada geração, é reiterada na geração seguinte. Enquanto isso, no modelo iroquês, a troca, uma vez efetivada, não pode se repetir na geração seguinte.

Mas – e isso vai por minha conta – talvez pudesse voltar a ocorrer algumas gerações depois, quando, por exemplo, a primeira troca fosse “esquecida”. Na minha própria experiência de campo com outro povo amazônico sobre o qual voltarei a falar no fim deste sobrevoou, um indivíduo idoso fornece, com segurança, informações genealógicas e outras, como o clã, a linha do clã e os nomes de seu pai e de sua mãe falecidos. Mas a partir daí a coisa muda. Frequentemente, alega não se lembrar mais dessas mesmas informações sobre seus avós, mortos há muito tempo. Isso sugere que as trocas matrimoniais, apesar de deixarem rastros nas redes empíricas de alianças, talvez lá sejam “esquecidas” em intervalos de sessenta ou oitenta anos.

Viveiros de Castro (1996, 1998) chama a atenção de que, além dos métodos *dravidiano* e *iroquês*, observados por Morgan (1871), e do kuma, trazido ao debate por Scheffler, exatamente um século depois, a etnografia agora oferece à reflexão pelo menos dois novos métodos de cruzamento, verificados entre os Ngawbe e os Iafar:

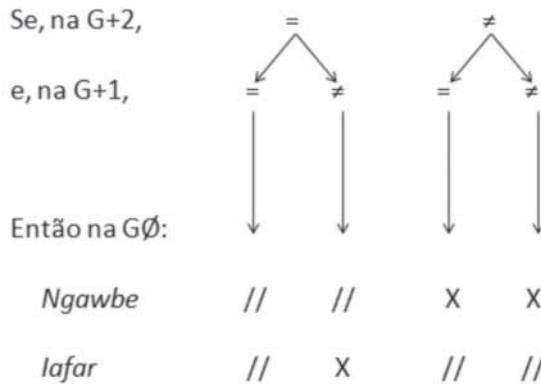


Tabela 4 – Métodos de cruzamento Ngawbe e Iafar
 Fonte: Adaptado de Viveiros de Castro (1996).

Diante da proliferação dos cálculos de cruzamento, Viveiros de Castro enfrenta o “pequeno problema” do parentesco exatamente como Lévi-Strauss enfrentou a “ilusão totêmica”. Recordemos o método com uma paródia daquela passagem muito conhecida d’*O totemismo hoje*: o exercício passa a ser o de definir, de fora, em seus aspectos mais gerais, o campo semântico no seio do qual se situam fenômenos agrupados sob o nome de... *cruzamento*. Como? Recordemos os três passos da análise estrutural:

- 1º) Definir o fenômeno a ser estudado como uma relação entre dois ou mais termos reais ou virtuais;
- 2º) Construir o quadro de permutações possíveis entre esses termos;
- 3º) Tomar este quadro por objeto geral de uma análise que, somente neste nível, pode chegar a conexões necessárias, sendo o fenômeno empírico visado desde já apenas uma combinação possível entre outras, cujo sistema total deverá ser previamente reconstruído (Lévi-Strauss, 1975, p. 26).

O “objeto geral” definido por Viveiros de Castro (1996, p. 62) é o que denomina o “padrão geral de fusão bifurcada isogeracional e sexualmente simétrica”, isto é, padrão que não tem a pretensão de dar conta dos sistemas de fusão bifurcada *obliquos*, do tipo *crow/omaha* ou *avuncular/amital*. Os termos de seu “quadro de permutações” são *geração* (G2, G1 e GØ), *sexo relativo* (0 = mesmo sexo; 1 = sexo oposto, em G2 e G1) e *cruzamento ou desposabilidade* (0 = paralelo ou consanguíneo; 1 = cruzado ou afim, em GØ). Os diferentes métodos de cruzamento são agora descritos por uma série ordenada de números de quatro algarismos na base dois. Se preferirmos expressar sua proposta na clave das mitológicas, podemos dizer que os diferentes métodos de cruzamento (dravidiano, iroquês etc.) passam a integrar um grupo de transformação. Para Lévi-Strauss, como acabamos de ver, é somente nesse nível que se “pode chegar a conexões necessárias”.

	0	1	2	3 Ngawbe	4 Iafar	5 Iroquês	6 Dravid	7 Kuma
G2	0 0 1 1	0 0 1 1	0 0 1 1	0 0 1 1	0 0 1 1	0 0 1 1	0 0 1 1	0 0 1 1
G1	0 1 0 1	0 1 0 1	0 1 0 1	0 1 0 1	0 1 0 1	0 1 0 1	0 1 0 1	0 1 0 1
GØ	0 0 0 0	0 0 0 1	0 0 1 0	0 0 1 1	0 1 0 0	0 1 0 1	0 1 1 0	0 1 1 1

Tabela 5 – Variações do cruzamento modeladas por Viveiros de Castro (1996, 1998)
 Fonte: Adaptado de Viveiros de Castro (1996, 1998).

A série em questão (de 0000 a 0111), revelada na linha GØ, prevê mais oito casos, de 1000 a 1111. Alguns, como a variante 1000, seriam etnograficamente improváveis, assinala o autor, já que filhos de filhos de mesmo sexo de irmãos de mesmo sexo são paralelos em todos os sistemas conhecidos. Enquanto isso, o primeiro e o último número da série de 16, a saber, 0000 e 1111, remeteriam a situações em que, respectivamente, nenhum ou todos os primos segundos são casáveis.¹²

A solução elegante de Viveiros de Castro para o “pequeno, mas espinhoso, problema”, aqui drasticamente resumida, aguarda até hoje sua apropriação pela pesquisa empírica. A espera de 15 anos se justifica, entre outras coisas, porque seu modelo reclama condições de verificação que dependem de dados etnográficos de “alta resolução”.

Mas talvez sua entrada na fase de testes não tarde muito a acontecer, com o desenvolvimento de técnicas e ferramentas computacionais para o tratamento das redes empíricas de aliança, documentadas pela pesquisa etnográfica. Técnicas e ferramentas com as quais Lévi-Strauss já sonhava nos anos 1960, como naquela conferência que retoma aquele outro “pequeno, mas espinhoso, problema” do parentesco, o dos sistemas Crow–Omaha em que, segundo o autor, “a história vem para o primeiro plano” (Lévi-Strauss, 1969[1965], p. 142) e cujo funcionamento real não se pode estudar “sem o auxílio dos computadores” (p. 143). O mesmo poderia ser dito em relação a outras contribuições não menos elegantes, como as recentes explorações matemáticas do problema feitas por Tjon Sie Fat (1998) e Barbosa de Almeida (2010), que igualmente esperam sua vez nas pistas de prova.

*

Em uma coletânea recente que retoma vigorosamente os desafios propostos por Morgan, seus editores caracterizam os estudos de parentesco como um jano de dupla face, uma delas voltada para o Ocidente de seus princípios classificatórios, em que se desenha “o parentesco frio, matemático, de beleza exata, lúcida e calma”, outra para o Oriente de suas práticas, em que se vê o parentesco “quente, vermelho em dentes e garras” (Godelier, Trautmann e Tjon Sie Fat, 1998, p. 5). Na reta final, já bem próximos da pista de pouso, somos obrigados a admitir que nosso sobrevoo ficou circunscrito à porção ocidental do território do “problema”, se quisermos seguir com a metáfora.

Aos que chegaram até aqui, agradeço e espero que este texto tenha contribuído para evidenciar a importância da carta de Robert Carneiro. Além disso, espero ter convencido o leitor de que a coleção de modelos que acabamos de evocar, voltada ao “pequeno, mas espinhoso, problema”, tem lugar assegurado no acervo do museu da antropologia. Mas é preciso reconhecer também que a carta inédita de Robert Carneiro assim como a discussão aparentemente antiquada que ela levanta não são apenas relíquias históricas da disciplina, o

que, aliás, não seria pouca coisa. Em breve, outro sobrevoo da questão, dessa vez rumo ao Oriente hobbesiano do parentesco, poderá revelar a instrumentalidade de tal coleção para dar conta das práticas de povos contemporâneos, que, na falta de modelos como esses, permaneceriam invisíveis e, eventualmente, perdidas para sempre. No rumo ao Oriente, tais modelos se apresentam como instrumentos de navegação, sem os quais os sobrevoos são voos cegos. Em suma, os velhos modelos continuam úteis, séculos depois de sua invenção, como as velhas bússolas, que convivem sem favor ao lado dos GPSs de última geração, nos painéis de qualquer avião moderno. Afinal, diante de uma pane elétrica total, só as bússolas continuam funcionando.

Sobre o próximo sobrevoo rumo ao Oriente, os limites deste artigo me obrigam a restringir seu plano a poucas palavras: uma análise do funcionamento real de um sistema iroquês sul-americano que pratica intensamente o intercâmbio de irmãos entre famílias que são impedidas de replicar essas alianças nas gerações subsequentes, mas que ainda assim acabam por produzir e permitir repetições de certos padrões matrimoniais. Esse regime de aliança, por sua vez, está inextricavelmente articulado a um sistema de clãs patrilineares que se fundam não em ideologias de consubstancialidade, mas no exercício da troca e de suas consequências na vida social.

Nesse próximo sobrevoo, Morgan talvez comemorasse a descoberta de um genuíno exemplo da família ganowaniana, provindo da América do Sul, continente que, por força das circunstâncias, ficou fora de sua síntese. Enquanto isso, Lowie reencontraria a fusão bifurcada e Murdock, um novo exemplo do tipo básico de organização social “Dakota Normal”. Por sua vez, é provável que Hérítier, pelo fato de todos os fechamentos (*bouclages*) da rede genealógica serem iniciados por irmãos do mesmo sexo, tivesse interesse em incluir o método iroquês em um novo exercício, nos moldes daquele publicado em 1981. Finalmente, Viveiros de Castro (1996, p. 53), diante desses mesmos fenômenos, talvez reconhecesse uma transformação neolítica de seu modelo (paleolítico) de aliança iroquesa ou, eventualmente, o interesse de sua projeção em direção aos pri-

mos terceiros ou quartos, já que se, por um lado, casamentos com os primos segundos MMBSD, FFZDD, MFZSD e FMBDD não se verificam na rede documentada pela pesquisa etnográfica, por outro lado, casamentos como FFFZSSD e FFMBSSD são considerados corretos. Tais casamentos, convém que se diga, correspondem precisamente a posições cruzadas, segundo o método iroquês, de primos terceiros, que são netos de primos de primeiro grau. Assim é como me parece a Liga dos Enawene-Nawe, com a qual venho trabalhando.

O povo a que me refiro conta atualmente com uma população de pouco mais de seiscentas pessoas de carne e osso, concentradas em uma única aldeia, localizada na região dos formadores do Rio Tapajós, na Amazônia Brasileira. Nesse contexto, o rastreamento dos circuitos de aliança, favorecido pelo tratamento informático, revelou a imbricação de mais de setenta mil anéis matrimoniais, em uma rede de “complicação impossível” (Goldenweiser, 1912 apud Lévi-Strauss, 1967[1949], p. 145) cuja concatenação, no eixo temporal, está menos para a mecânica celeste que para o jogo de dados. Para ser exato, sua evolução lembra uma partida de *Tetris* (Dal Poz e Silva, 2009) em que várias peças de formato diferentes caem ao mesmo tempo do topo da janela, produzindo encaixes sobre encaixes anteriores, como nos sistemas semicomplexos, “num estado de turbulência permanente” (Lévi-Strauss, 1969[1965], p. 140). As ligações de filiação e casamento que aí se produzem compõem uma rede empírica de parentesco cujos nós são seus próprios jogadores, que tentam acomodar como podem, da melhor maneira possível, o encaixe de novas peças que não param de cair. Enquanto isso, pouco a pouco, esquecem aqueles encaixes efetuados há muito tempo. Como as condições meteorológicas em uma região, as possibilidades de encaixes matrimoniais mudam a cada momento, *parcialmente* determinadas por condições anteriores, *parcialmente* determinadas por novos eventos. *Parcialmente*, bem entendido, pois sabemos que o bater das asas de uma borboleta em Tóquio pode, um mês depois, causar um furacão em Santa Catarina.

Notas:

- ¹ Agradeço a Robert Carneiro a autorização para traduzir e publicar sua carta, a Eduardo Viveiros de Castro, por ter me chamado a atenção para a contribuição que ela trazia à história dos estudos de parentesco, à Fernanda Areas Peixoto, pela leitura atenta da primeira versão deste artigo, e à Adriana Queiroz Testa, pela tradução cuidadosa das cartas. As cartas estão em anexo.
- ² Neste texto, alterno livremente as expressões “sistema”, “nomenclatura”, “terminologia” e “vocabulário de parentesco”.
- ³ Ironicamente, o título da versão brasileira do texto de Viveiros de Castro que explora o tal “pequeno, mas espinhoso, problema”, elucidado por Lounsbury e Pospisil, revelou um sentido profético com a entrada em cena de Carneiro: o texto se chama “Ambos os três”.
- ⁴ Os interessados em aprofundar a reflexão sobre o problema encontrarão elementos suficientes nas contribuições de Tjon Sie Fat (1998), Trautmann e Barnes (1998), Viveiros de Castro (1996, 1998) e Barbosa de Almeida (2010).
- ⁵ Trazido ao debate por McLennan (1886[1876]) – *Appendix to the Classificatory...*, Note A, p. X, – contra Morgan (1871), que, aparentemente, não o leva em conta.
- ⁶ Segundo Morgan (1871, p. 131), o termo por ele forjado se justificava por sua analogia a “‘Ariano’, de *arya*, que, de acordo com Müller, significa ‘aquele que ara ou cultiva’, e a ‘Turânico’, de *tura*, que, de acordo com o mesmo erudito autor, ‘sugere a rapidez do cavaleiro’”.
- ⁷ As variantes formais notadas por Morgan, posteriormente, deram origem aos tipos que ficaram conhecidos como “iroquês”, “crow”, “omaha” e “havaiano”.
- ⁸ O uso de termos como “tio” (irmão da mãe), “sobrinho” (filho da irmã), “cunhado” (primo cruzado) entre não parentes é também muito frequente nos materiais sul-americanos.
- ⁹ Se Morgan não se livrara do fantasma do matriarcado, o mesmo se pode dizer de McLennan em relação à sua obsessão pela poliandria, sempre acompanhada de sua outra obsessão, a exogamia, que, para o autor, marcavam os primórdios da história humana (McLennan, 1886, p. 230-231). Compartilhar a mulher com vários homens (poliandria) ou raptar a mulher de outro grupo (exogamia) eram as alternativas do homem primitivo diante da escassez de mulheres causada pelo infanticídio feminino, que se justificava pelas condições de penúria alimentar (McLennan, 1970[1865]). Observe-se, de passagem que, para McLennan, a quem devemos a introdução do termo no debate antropológico, *exogamia* correspondia a uma instituição social. A partir de Lévi-Strauss, seu sentido passa ser o de condição do social, o que não é a mesma coisa.
- ¹⁰ As afinidades intelectuais no campo do parentesco são razões suficientes para Rivers tomar partido de Morgan na querela com McLennan. Sem qualquer veleidade de contribuir em seara que não é a minha, meu palpite para os historiadores das ideias da antropologia é de que a aliança com Morgan decorra também do ponto de vista frontalmente oposto que McLennan sustentava em relação à pesquisa de campo. Método privilegiado da disciplina tanto para Morgan quanto para Rivers, o trabalho de campo marcou definitivamente a obra de ambos, que se tornaram antropólogos *a partir* de suas vivências no país dos Sêneca-Iroqueses e no Estreito de Torres, respectivamente. Enquanto isso, para McLennan, a pesquisa de campo correspondia a uma atividade enganosa e supérflua, como se lê no trecho abaixo, extraído de sua crítica que desqualifica a hipótese de Morgan sobre os “sistemas classificatórios” por

estar baseada na experiência etnográfica: “Lafitau nos conta que, já em seu tempo, se dizia que os índios haviam abandonado muito os seus costumes antigos. É de se esperar que eles tenham mudado muito desde então, e isso pode explicar as diferenças entre Lafitau e o Sr. Morgan. [Portanto,] estudar índios contemporâneos em meados do século XIX não é, por si só, o melhor modo de aprender a verdade sobre os costumes e instituições indígenas, quando são acessíveis copiosos registros desses dados de mais de duzentos anos atrás” (McLennan, 1886[1876], p. 308).

¹¹ Se não houver parente de ligação entre *Ego* e *Alter*, *Alter* é de cor preta (isto é, *consanguíneo*).

¹² A modelagem de Viveiros de Castro encoraja a realização de novos exercícios. Um deles poderia ser a ampliação do número de gerações consideradas no cálculo de cruzamento, diante de sistemas como o Inca, cujo casamento aparentemente frequente de um homem com sua FFFZDDD, segundo Zuidema (1977), é o que induz a concepção nativa do grupo local como uma estrutura endogâmica (*ayllu*).

Anexos

Duas cartas de Robert Carneiro:

14 de julho de 2010

Caro Eduardo,

Recentemente, meu colega Peter Whiteley que, entre outras coisas, é um especialista em parentesco chamou minha atenção para seu capítulo: “Dravidian and Related Kinship Systems” na coletânea *Transformations of Kinship*, editada por Maurice Godelier et al. Anos atrás, eu mesmo teria me deparado com esse texto, quando era também um aficionado por parentesco. Mas esses dias há muito passaram (que pena!). De todo modo, o motivo pelo qual Peter chamou minha atenção para seu artigo foi a nota de rodapé n. 5, nas páginas 376-377, em que você coloca a seguinte questão: “É impossível saber se Carneiro e Dole tinham conhecimento do artigo de Lounsbury” de 1964 etc.

Pretendo responder sua pergunta, mas tem uma longa história inédita por trás dessa resposta que eu acho que pode ser do seu interesse, já que você é um grande estudioso dos sistemas de parentesco iroquês/drauidiano, e expressou curiosidade quanto ao meu envolvimento nesse assunto tão interessante. Nesta altura, descortinar tudo isso pode lhe parecer um pouco autocomplacente. Sem dúvida é. Mas, mesmo assim, é tudo verdade. Então, lá vai.

Na primavera de 1952, quando fazia pós-graduação na Universidade de Michigan, fiz um curso de parentesco com Leslie White.

Uma das atividades do curso era ler algo substancial sobre parentesco e escrever um trabalho final inspirado nesse texto. Escolhi ler (pelo menos em parte) *Sistemas de consangüinidade e afinidade da família humana*, de Lewis H. Morgan. Foi Morgan que iniciou os estudos de parentesco, seguindo sua descoberta, enquanto vivia com os Sêneca-Iroqueses, que seu sistema para designar parentes era consideravelmente diferente de qualquer sistema conhecido por europeus.

Posteriormente, as viagens feitas por Morgan levaram-no ao norte do meio-oeste onde ele descobriu que os Winnebago e os Menominee tinham sistemas de parentesco parecidos com o iroquês. Despertada sua curiosidade, ele resolveu ver como eram os sistemas de parentesco mundo afora. Suas pesquisas extensivas e sistemáticas nessa linha levaram à publicação da sua grande obra: *Sistemas...*

Enquanto comparava os muitos sistemas de parentesco que havia coletado, ele se espantou com a similaridade entre o sistema iroquês e o dos Tamil, falantes de línguas dravidianas do Sul da Índia. Ele descobriu, de fato, que os dois eram quase idênticos. Mas nem tanto. Para oito tipos de parentes entre os mais de 200 que estavam entre suas anotações, os Tamil apresentavam formas diferentes das iroquesas. Morgan não deixou de notar essas diferenças, mas estava realmente mais impressionado com as semelhanças. E, embora não tentasse varrer as diferenças por baixo do tapete, ele tampouco se dedicou a explicá-las. De qualquer modo, ele não apresentou uma explicação para elas.

(Como você sabe, o casamento de primos cruzados está na raiz dessas diferenças, mas um dos motivos pelos quais Morgan não tinha condições de perceber isso foi que ele não estava familiarizado com o fato de que para muitas sociedades primitivas um primo não é apenas um primo. Existe uma profunda e consistente diferença entre um primo *paralelo* e um primo *cruzado*. Mas tal distinção não era do conhecimento de Morgan, pois só seria introduzida na antropologia anos mais tarde por E. B. Tylor.)

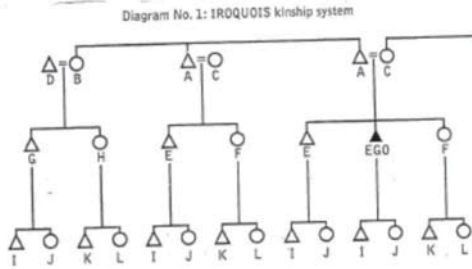
O problema sem solução das diferenças entre os sistemas de parentesco iroquês e tamil chamou minha atenção enquanto avançava pelas páginas dos *Sistemas...* E, embora as diferenças fossem pou-

cas, elas eram completamente sistemáticas e regulares. *Elas se manifestavam na forma particular como os Tamil designavam os filhos dos seus primos cruzados*. É nesse ponto dos seus sistemas de parentesco – e em nenhum outro – que os termos consangüíneos tamil e iroqueses *diferem*. E aqui estava, a meu ver, um bom problema a enfrentar. As poucas diferenças entre as duas terminologias de parentesco eram tão específicas e regulares que *tinha de haver* uma forma sistemática de dar conta delas. Mas como fazer isso?

Hoje, passado mais de meio século, não lembro exatamente o que me levou à conclusão. É bem provável que tenha sido o fato de Leslie White ter destacado, no curso de parentesco, certos aspectos terminológicos (*e.g.*, a equação entre o marido da irmã do pai com o irmão da mãe) que resultavam de casamentos com primos cruzados. De qualquer forma, em algum momento, enquanto estudava o problema iroquês/tamil, de repente me veio a idéia de que o casamento entre primos cruzados explicaria – de forma simples e completa – as diferenças entre as terminologias tamil e iroquesas: os Tamil praticavam o casamento entre primos cruzados, e os iroqueses não.

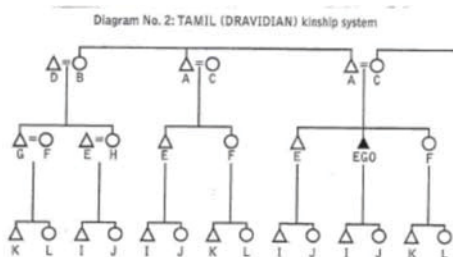
Sei que você já sabe de tudo isso, mas gostaria, com auxílio de alguns diagramas, apresentar o raciocínio que me levou a formular a solução desse problema. Tomando o sistema iroquês como a forma “básica”, vejamos como a introdução do casamento de primos cruzados mudaria a forma como os iroqueses designavam os filhos desses primos, tornando-a idêntica à forma como os Tamil designam esses parentes.

O Diagrama 1 mostra, em parte, a metade patrilateral de um diagrama de parentesco padrão, *Ego* sendo masculino. (A metade matrilateral apresentaria os mesmos resultados, mas, para simplificar, pode ser ignorada nesse exercício.) O Diagrama 1 mostra, primeiro, a forma iroquesa de como um *Ego* masculino chamaria o filho e a filha do seu primo cruzado. Vemos que ele os chama **I** e **J**, os mesmos termos que aplica aos seus próprios filho e filha. Por outro lado, observamos que ele chama o filho e a filha da sua prima cruzada **K** e **L**, os mesmos termos usados para os filhos e as filhas da sua irmã. Esses termos podem ser considerados essencialmente equivalentes a “sobrinho” e à “sobrinha”.



O fato de que *não* são os termos para “filho” e “filha” que um *Ego* masculino aplicaria aos filhos e às filhas do seu irmão indica algo de profunda importância na forma de pensar o parentesco primitivo: a diferença entre parentes do *mesmo sexo* e de *sexo oposto*. Mas, por importante e fundamental que seja essa distinção em sociedades primitivas – de fato é a base da distinção entre primos cruzados e, portanto, do casamento entre primos cruzados –, ela merece ainda mais atenção do que os especialistas em parentesco têm dado.

Veja agora o Diagrama 2, em que, diferentemente do Diagrama 1, aparecem os cônjuges dos primos cruzados de *Ego*. Observe o que acontece quando introduzimos o casamento entre primos cruzados no sistema. O primo G de *Ego* pode, muito bem, ter casado com a irmã de *Ego*, que é também *sua* prima cruzada. Portanto, os descendentes do primo cruzado de *Ego* se tornam *também* os descendentes da *sua* irmã. Isso, é claro, implica uma escolha terminológica: *Ego* pode considerar essas crianças filho e filha do filho da irmã do seu pai ou como filho e filha da sua irmã. Se ele escolhe a primeira alternativa, ele vai chamá-las “filho” e “filha” – como fazem os iroqueses. Mas, se ele escolhe a segunda opção, isso indica que ele as considera primeiramente como filho e filha da sua irmã, sendo, então, chamados **K** e **L**, isto é, “sobrinho” e “sobrinha”.



Parece totalmente razoável que *Ego* trace sua relação com esses parentes através da irmã, e não do primo cruzado. Afinal, é claramente o caminho mais curto e próximo dentre as duas opções. E, evidentemente, essa é a escolha que sociedades do tipo Tamil/Dravidianas fazem de forma consistente e rotineira.

Mas é exatamente o inverso que ocorre quando consideramos os descendentes da prima cruzada de *Ego*. Em muitos, se não na maioria dos casos, ela teria casado com o irmão de *Ego* – possivelmente o próprio *Ego*! Então, para *Ego* a escolha terminológica é traçar sua relação com essas crianças através da filha da irmã do pai – chamando, então, essas crianças de K e L (“sobrinho” e “sobrinha”) ou através do seu irmão –, que casou com sua prima casada (que é também prima cruzada de *Ego*). Nesse caso, *Ego* chamará essas crianças I e J, “filho” e “filha”. Claramente, é mais razoável que *Ego* trace essa relação através do seu irmão – o caminho mais curto – e então considere essas crianças (e as chamará) “filho” e “filha”.

(O mesmo tipo de explicação serviria se considerássemos o lado matrilateral do diagrama e lidássemos com os primos cruzados maternos de *Ego*.)

*

Voltando a 1952, essa explicação me pareceu tão simples, redonda e completa que eu estava certo de que tinha de estar correta. Mesmo assim, quis testá-la examinando outra sociedade fora da Índia que também praticasse o casamento entre primos cruzados para ver como ela designava os filhos dos primos cruzados. Para tanto, escolhi os Kariera da Austrália Central e descobri que eles realmente chamavam os filhos dos primos cruzados exatamente conforme a minha teoria.

Como você sabe, Eduardo, entre os Kariera, assim como em muitas sociedades aborígenes da Austrália, existem seções e subseções nomeadas que recebem termos *sociocêntricos* – termos que são *sobrepostos* à nomenclatura regular de parentesco *egocentrado*. Infelizmente, isso tem servido para obscurecer e confundir o problema nas mentes de vários especialistas em parentesco que batalham com o

problema iroquês/dravidiano. No entanto, o fato é que a nomenclatura de parentesco dravidiana é *independente* de e não é afetada pela existência de quaisquer grupos unilineares de parentesco – sibs, metades, seções etc. Como você destacou (nota de rodapé 24, página 380 do seu texto): “[...] terminologias dravidianas [...] não são necessariamente associadas à patrilinearidade (no Sul da Índia estão presentes em sociedades patrilineares e *matrilineares*, no Sri Lanka em sociedades *cognáticas* [...])”. E, como você sabe, melhor do que qualquer outra pessoa, isso também é verdadeiro em sociedades cognáticas na Amazônia.

Bem, essa é apenas uma *parte* da história. Aqui vai a continuação.

Eu fiquei eufórico com essa “descoberta” e resolvi apresentá-la em uma comunicação na reunião da Academia de Ciências, Artes e Letras de Michigan. Nós, pós-graduandos em antropologia, éramos instigados a apresentar trabalhos nessas reuniões para que pudéssemos tentar nossos primeiros vãos. Eu havia apresentado uma comunicação na reunião do ano anterior e teria feito o mesmo naquele ano de 1952, se não tivesse acontecido um problema. Pouco antes da reunião, enquanto lia *Studies in Ancient History*, de J. F. McLennan (1886), eu descobri que McLennan tinha apresentado um pedaço da solução ao problema do parentesco iroquês/tamil. E, embora ele não tivesse explicado de forma completa, ele estava no rumo certo. O suficiente para que eu me sentisse um pouco acanhado ao saber que não era o único a resolver o problema. E pode ter sido isso que me inibiu e impediu de escrever um texto formal. Em vez disso, acabei apenas apresentando a solução oralmente, sem sequer recorrer às minhas anotações.

Mas as coisas tomaram um rumo inesperado quando, pouco antes da reunião, James Griffen (um arqueólogo de Michigan) me informou que o antropólogo da Universidade do Estado de Michigan responsável por preparar o programa da sessão tinha sido despedido da Universidade por “indignidade moral”! Esse quinhão de fofoca seria completamente irrelevante à minha apresentação se não fosse uma coisa: a pessoa que preparou o programa em seu lugar certamente não era um antropólogo. Ela embaralhou completamente o

título da minha comunicação oral – um título que indicava claramente que eu considerava ter resolvido o problema do parentesco iroquês/tamil. Se meu título tivesse sido impresso corretamente no programa, teria fornecido *alguma* prova tangível que eu poderia depois ter apresentado para defender minha precedência em ter resolvido o problema. Entretanto, o título embaralhado tornou isso praticamente impossível. A única coisa impressa hoje que indica minimamente que eu teria resolvido o problema antes de qualquer outra pessoa (*pace* McLennan) é a breve referência na tese de Gertrude Dole, que apareceu em 1956.

Bem, após apresentar minha solução na reunião na Universidade do Estado de Michigan, não fiz mais nada a respeito. No ano seguinte, 1953, vi uma referência no periódico *Man* a um artigo de Louis Dumont intitulado “The Dravidian Kinship Terminology as an Expression of Marriage”. O mero título sugeria que Dumont também teria resolvido o problema do parentesco iroquês/tamil. Ai, como bati minha cabeça na parede! Eu havia perdido a precedência e estava dolorosamente desapontado. Tanto que sequer li o artigo de Dumont, *pelo menos durante os cinquenta anos seguintes!* Na verdade, durante anos, eu rangia os dentes sempre que encontrava uma referência ao artigo de Dumont.

Mas, em 2003, numa correspondência com Nick Allen, de Oxford, que começou por causa de algo completamente desconexo, surgiu o problema do parentesco iroquês/tamil (dravidiano). Sinceramente, antes disso, eu sequer sabia que Nick Allen existia, quanto menos que era um especialista em parentesco dravidiano. Conforme nossa correspondência seguia no assunto, meu interesse adormecido pelo parentesco despertou e decidi, cinquenta anos depois, que, finalmente, estava na hora de ler o artigo de Dumont.

No final das contas, o artigo era muito obscuro. (Radcliffe-Brown havia dito a seu respeito: “Não consigo entender o artigo sobre o parentesco dravidiano do Sr. Dumont, embora eu o tenha lido atentamente várias vezes”.) Mesmo assim, perseverarei até o final. E, aí, eu *realmente* bati a cabeça na parede! Além de Dumont *não* ter resolvido o problema do parentesco iroquês/tamil, ele sequer notou

sua existência!!! (Como dizemos no jargão do beisebol, “ele nem encostou a luva!”.) Trabalhando na Índia, Dumont estava familiarizado com o sistema de parentesco tamil (dravidiano), mas ele ignorava totalmente o fato de que os iroqueses tinham um sistema de nomenclatura de parentesco muito semelhante, mas não exatamente idêntico. Ele sabia da prática de casamento entre primos cruzados entre os dravidianos e sabia que em certos casos (*e.g.*, chamar o irmão da mãe de “sogro”) refletia o casamento entre primos cruzados. Mas ele deixou de notar completamente que a forma como os dravidianos designavam os filhos e as filhas dos primos cruzados representava uma *inversão* em relação à forma de designação iroquesa. Era natural que, não tendo familiaridade com o sistema iroquês, ele não fizesse idéia de que o sistema tamil tivesse, como característica, uma *inversão* de como esses parentes são designados. Mas essa inversão é de longe a diferença mais conspícua – de fato a única – entre os sistemas iroquês e tamil na sua terminologia de parentesco consangüíneo.

Como disse, não era de se esperar que Dumont resolvesse um problema que ele sequer soubesse que existia. Mas é claro que *eu* não sabia que *Dumont* não soubesse. Droga! Se eu soubesse disso lá atrás em 1953, eu teria realmente lido seu artigo. E, se o tivesse feito, teria sem dúvida me dado ao ímpeto que precisava para escrever minha solução ao problema do parentesco iroquês/tamil e submetê-la à publicação.

Mas a questão ainda estava em aberto – se Dumont não foi o primeiro a publicar uma solução para o problema iroquês/tamil, quem foi? Conforme eu continuava a ler sobre o assunto, o dedo parecia apontar para Floyd Lounsbury. Eu já sabia que Lounsbury era um cara brilhante, um dos antropólogos mais inteligentes que já conheci. Então, *ele* certamente tinha os neurônios para resolver o problema. (Não que isso demandasse tanto!) Sobretudo, ele era um especialista na língua iroquesa, então ele certamente conhecia seu sistema de parentesco de trás pra frente. Em 1964, como você sabe, Lounsbury publicou um artigo intitulado: “The Structural Analysis of Kinship Semantics”, e foi nesse artigo, conforme foi dito, que sua solução para o problema apareceu. Então, voltei para esse artigo.

Aí veio outra surpresa! Havia muito pouco nesse artigo sobre o problema iroquês/drauidiano. Na verdade, a discussão se limitava a uma nota de rodapé na página 1079 que, em sua totalidade, dizia:

Existem sistemas que classificam os tipos de parentes da forma como imaginávamos que os iroqueses faziam. Esses são os sistemas de tipo “drauidiano”. O interessante é que eles geralmente não são fundados em razão de clãs ou metades, mas no modo de bifurcação que, diferente dos Iroqueses, leva em conta o sexo de todos os parentes de ligação. Os tipos drauidianos e iroqueses raramente são distinguidos na literatura antropológica, passando todos sob o rótulo do ‘tipo iroquês’. Na verdade, são todos sistemas cuja premissa está baseada em princípios muito diferentes de raciocínio e derivam de estruturas sociais que são fundamentalmente diversas.

Aí está. Isso foi tudo que Lounsbury tinha a dizer sobre o assunto. Ele percebeu que os sistemas de parentesco iroquês e drauidiano eram diferentes em certos aspectos, embora fosse um tanto críptico no que disse. Ele disse que o sistema drauidiano levava em conta o sexo de todos os parentes de ligação. Mas ele deixou de especificar o *que* exatamente eram essas ligações. Nem tampouco explicou quais eram as diferenças em estrutura social que acarretavam as características especiais do sistema de parentesco drauidiano, ou como isso ocorria. Francamente, não consigo encontrar na afirmação de Lounsbury qualquer indício claro e convincente de que ele tinha acertado o casamento entre primos cruzados como a característica distintiva que transformava a nomenclatura iroquesa em drauidiana. Estou bastante convencido de que ele *sabia* o que era, mas não *disse*.

De fato, não acho que alguém possa atestar, com base na afirmação de Lounsbury, que ele estava incontestavelmente ciente da diferença específica entre as duas terminologias, a saber, que residia na inversão dos termos aplicados aos filhos dos primos cruzados.

É claro que, afinal de contas, *alguém* apontou essa diferença. Mas se não foi Lounsbury, quem foi? Trautman? Scheffler? Allen? Quem?

De certo modo, a esta altura, já não me importo. Já estava claro para mim que, pelo menos, até 1964, *ninguém* o havia feito. Pois – de novo – eu estava dolorosamente ciente de que tinha perdido o trem. Se eu tivesse publicado meu trabalho entre 1952 e 1964... ou mesmo depois, eu teria estabelecido minha precedência no assunto. Mas, afinal de contas, no contexto maior, as diferenças entre os sistemas iroquês e tamil são café pequeno. Porém, tais são as vaidades dos homens!

Na verdade, agora que saí do banco de reservas e voltei ao jogo, estou interessado em saber quem, desde então, propôs uma solução para esse pequeno, mas espinhoso, problema de parentesco. Acabo de encomendar uma cópia do livro que contém o artigo de 1971 de Scheffler para ver se foi *ele* que finalmente o resolveu. Se não foi Scheffler, foi Trautman? Allen? Shapiro? Quem? Acho que continuarei nessa busca até descobrir.

Entrando no assunto de forma tão longa e tortuosa, temo que possa ter extrapolado sua paciência comigo, então paro por aqui. Não preciso dizer que, se algo disso reacende seu interesse pela questão iroquesa/drauidiana, eu realmente gostaria de continuar essa conversa com você.

Com estima,
Robert L. Carneiro

7 de janeiro de 2011

Caro Marcio,

Primeiramente, por favor desculpe meu longo atraso em responder à sua carta de 3 de dezembro. Deixe-me explicar o motivo pelo atraso. Eu e minha esposa temos uma pequena casa nas matas de Rhode Island, e tive que gastar um tempo extraordinário tentando lidar com um problema que tivemos com a água do poço, incluindo a presença de *E. coli* “em quantidade grande demais para contabilizar”, de acordo com o laudo do laboratório. Tudo isso me manteve afastado da minha escrivania em Nova York.

Mas, voltando ao assunto em pauta, estou muito feliz com a possibilidade de ter a carta que escrevi ao Eduardo Viveiros de Castro

publicada numa tradução para o português. Você certamente tem minha permissão para prosseguir com a tradução dessa carta e publicá-la na revista.

Muito obrigado pela cópia do seu livro sobre os Waimiri-Atroari. Lembro quando primeiro soubemos da sua existência, e estou ansioso para aprender mais sobre eles.

Novamente, peço desculpa pelo longo atraso em respondê-lo. Estou muito animado com a apresentação do meu trabalho sobre o problema do parentesco iroquês/tamil (dravidiano). Quem sabe agora possa parar de bater a cabeça na parede!

Com estima,

Robert L. Carneiro

Tradução de Adriana Queiroz Testa.

Referências

ATKINS, John R. On the Fundamental Consanguineal Numbers and Their Structural Basis. *American Ethnologist*, v. 1, issue 1, p. 1-31, 1974.

BARBOSA DE ALMEIDA, Mauro William. On the Structure of the Dravidian Kinship System. *Mathematical Anthropology and Cultural Theory: An International Journal*, v. 3, n. 1, p. 1-43, 2010.

COELHO DE SOUZA, Marcela S. Da complexidade do elementar: para uma reconsideração do parentesco xinguano. In: VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo (Org.). *Antropologia do parentesco: estudos ameríndios*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1995. p. 121-206.

DAL POZ, João; SILVA, Marcio Ferreira da. MaqPar – A Homemade Tool for the Study of Kinship Networks. *VIBRANT*, v. 6, n. 2, p. 29-51, 2009.

DOLE, Gertrude. 1957. The Development of Patterns of Kinship Nomenclature. Thesis (Doctorate) – University of Michigan, 1957.

DUMONT, Louis. Le vocabulaire de parenté dravidien comme expression du mariage. In: _____. *Dravidien et Kariera: l'alliance de mariage dans l'Inde du Sud et en Australie*. Paris: Mouton, 1975a[1953]. p. 85-100.

_____. Hiérarchie et alliance de mariage dans la parenté de l'Inde du Sud. In: _____. *Dravidien et Kariera: l'alliance de mariage dans l'Inde du Sud et en Australie*. Paris: Mouton, 1975b. p. 7-83.

_____. Sur le vocabulaire de parenté kariera. In: _____. *Dravidien et Kariera: l'alliance de mariage dans l'Inde du Sud et en Australie*. Paris: Mouton, 1975c. p. 101-116.

GODELIER, Maurice; TRAUTMANN, Thomas R.; TJON SIE FAT, Franklin E. (Eds.). *Transformations of Kinship*. Washington/London: Smithsonian Institution Press, 1998.

HÉRITIER, Françoise. *L'Exercice de la parenté*. Paris: Gallimard/Le Seuil/Coll. *Hautes Études*, 1981.

HOCART, Arthur Maurice. The Indo-European Kinship System. In: NEEDHAM, Rodney. *In Imagination and Proof: Selected essays of A. M. Hocart*. Tucson: University of Arizona Press, 1987[1928].

_____. Kinship Systems. *Anthropos*, v. 32, p. 345-351, 1937.

KAY, Paul. A Generalization of the Cross/Parallel Distinction. *American Anthropology*, v. 67, issue 1, p. 30-43, 1965.

_____. On the Multiplicity of the Cross/Parallel Distinction. *American Anthropology*, v. 69, issue 1, p. 83-85, 1967.

KIRCHHOFF, Paul. Verwandtschaftsbezeichnungen und Verwandtenheirat. *Zeitschrift für Ethnologie*, v. 46, p. 41-72, 1932.

KROEBER, Alfred Louis. Sistemas classificatórios de parentesco. In: LARAIA, Roque de Barros (Org.). *Organização social*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969. p. 15-25.

KRONENFELD, David B. Morgan versus Dorsey on the Omaha Cross/Parallel Contrast: Theoretical Implications. *L'Homme*, issue 109, v. 29, n. 1, p. 76-106, 1989.

_____. Definitions of Cross versus Parallel. *Cross-Cultural Research*, v. 38, n. 3, p. 249-269, 2004.

LARAIA, Roque de Barros (Org.). *Organização social*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.

LEVI-STRAUSS, Claude. *Les structures élémentaires de la parenté*. Paris: Mouton, 1967.

_____. O futuro dos estudos de parentesco. In: LARAIA, Roque de Barros (Org.). *Organização social*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969. p. 124-144.

_____. *Totemismo hoje*. Petrópolis: Vozes, 1975.

LOUNSBURY, Floyd G. The Structural Analysis of Kinship Semantics. In: THE NINTH INTERNATIONAL CONGRESS OF LINGUISTICS, 1964, The Hague. *Proceedings...* The Hague: Mouton, 1964. p. 1073-1093. In: BOHANNAN, Paul; MIDDLETON, John (Eds.). *Kinship and Social Organization*. New York: The Natural History Press, 1968. p. 125-148.

LOWIE, Robert H. A Note on Relationship Terminologies. *American Anthropologist*, v. 30, issue 2, p. 263-268, 1928.

- _____. *Culture and Ethnology*. New York: Horace Liveright, 1929.
- McLENNAN, John F. *Primitive Marriage*. Chicago: University of Chicago Press, 1970[1865].
- _____. The Classificatory System of Relationship. In: _____. *Studies in Ancient Society – a New Edition*. London/New York: MacMillan, 1886[1876].
- MORGAN, Lewis H. *League of the HO-DE'-NO-SAU-NEE or Iroquois*. Rochester: Sage and Brothers, 1851.
- _____. *Systems of Consanguinity and Affinity of the Human Family*: Smithsonian Contributions to Knowledge, n. 17. Washington: Smithsonian Institution, 1871.
- _____. *Ancient Society*. New York: Henry Holt & Company, 1877.
- MURDOCK, George Peter. *Social Structure*. New York: Macmillan, 1949.
- NEEDHAM, Rodney. The Formal Analysis of Prescriptive Patrilineal Cross-Cousin Marriage. *Southwestern Journal of Anthropology*, v. 14, p. 199-219, 1958.
- _____. A Structural Analysis of Purum Society. *American Anthropologist*, v. 60, p. 75-101, 1958.
- OVERING-KAPLAN, Joana. *The Piaroa, a People of the Orinoco Basin: A Study in Kinship and Marriage*. Oxford: Clarendon Press, 1975.
- RADCLIFFE-BROWN, Alfred R. Dravidian and Kinship Terminology. *Man*, v. 53, p. 112, 1941.
- _____. Letter to Levi-Strauss. In: TAX, Sol (Org.). *An Appraisal of Anthropology Today*. Chicago: Chicago University Press, 1953.
- RIVERS, William Halse R. Survival in Sociology. *The Sociological Review*, v. VI, n. 4, p. 293-305, 1991.
- _____. *Kinship and Social Organization*. London: Constable & Co. Ltd., 1914.
- SCHEFFLER, Harold W. Dravidian-Iroquois: The Melanesian Evidence. In: HIATT, Lester Richard; JAYAWARDENA, Chandra (Eds.). *Anthropology in Oceania: Essays Presented to Ian Hogbin*. Sidney: Angus and Robertson, 1971. p. 231-254.
- SHAPIRO, Warren. The Ethnography of Two-Section Systems. *Ethnology*, v. 9, n. 4, p. 380-388, 1970.
- SILVA, Marcio. Sistemas dravidianos na Amazônia: o caso Waimiri-Atroari. In: VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo B. (Org.). *Antropologia do parentesco: estudos ameríndios*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1995. p. 25-60.
- _____. *Romance de primas e primos: uma etnografia do parentesco Waimiri-Atroari*. Manaus: Valer/Edua, 2009.

TJON SIE FAT, Franklin E. On the Formal Analysis of "Dravidian", "Iroquois" and "Generational" Varieties as Nearly Associative Combinations. In: GODELIER, Maurice; TRAUTMANN, Thomas; TJON SIE FAT, Franklin E. (Eds.). *Transformations of Kinship*. Washington/London: Smithsonian Institution Press, 1998. p. 59-93.

TOOKER, Elisabeth. Introduction. In: MORGAN, Lewis H. *Systems of Consanguinity and Affinity of the Human Family*: Smithsonian Contributions to Knowledge, n. 17. Washington: Smithsonian Institution, 1997. p. vii-xix.

TRAUTMANN, Thomas R. *Dravidian Kinship*. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

_____. *Lewis Henry Morgan and the Invention of Kinship*. Berkeley: University of California Press, 1987.

TRAUTMANN, Thomas R.; BARNES, Robert H. "Dravidian", "Iroquois", and "Crow-Omaha" in North American Perspective. In: GODELIER, Maurice; TRAUTMANN, Thomas R.; TJON SIE FAT, Franklin E. (Eds.). *Transformation of Kinship*. Washington/London: Smithsonian Institution Press, 1998. p. 27-58.

TYLER, Stephen A. Parallel/Cross: An Evaluation of Definitions. *Southwestern Journal of Anthropology*, v. 22, n. 4, p. 416-432, 1966.

TYLOR, Edward Burnett. On a Method of Investigating the Development of Institutions: Applied to Laws of Marriage and Descent. In: GRABURN, Nelson (Ed.). *Readings in Kinship and Social Structure*. New York: Harper & Row, 1971. p. 19-31.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo B. Alguns aspectos da afinidade no dravidiano amazônico. In: VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo B.; CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (Eds.). *Amazônia: etnologia e história indígena*. São Paulo: Ed. USP/NHII, 1993. p. 150-210.

_____. Ambos os três: sobre algumas distinções tipológicas e seu significado estrutural na teoria do parentesco. *Anuário Antropológico/95*, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p. 9-91, 1996.

_____. Dravidian and Related Kinship Systems. In: GODELIER, Maurice; TRAUTMANN, Thomas R.; TJON SIE FAT, Franklin E. (Eds.). *Transformations of Kinship*. Washington/London: Smithsonian Institution Press, 1998. p. 332-385.

_____. Atualização e contra-efetuação do virtual: o processo do parentesco. In: _____. *A inconstância da alma selvagem*. São Paulo: Cosac Naify, 2002. p. 401-455.

ZUIDEMA, Reiner Tom. The Inca Kinship System: A New Theoretical View. In: BOLTON, Ralph; MAYER, Enrique. *Andean Kinship and Marriage*. Washington: AAA, 1977. p. 240-281.

Recebido em: 01/11/2011.

Aceite em: 15/11/2011.